

**JNT - FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY
JOURNAL ISSN: 2526-4281 - QUALIS B1**



**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: ALGUNS
APONTAMENTOS GERAIS**

**THE HISTORY OF EDUCATION
FOR PEOPLE WITH
DISABILITIES: SOME GENERAL
NOTES**

**Josélia Maciel da SILVA
Instituto de Ensino Superior Vanguarda
- IESVA
E-mail: jomac03@hotmail.com**



RESUMO

A educação para as pessoas com deficiência é uma luta que tem sido travada nos últimos anos dentro das instituições de ensino regular, processo este que encontra inúmeras barreiras nas instituições de ensino, desde a falta de materiais didáticos, profissionais qualificados, infraestrutura física, dentre outros aspectos. Diante disso, o artigo objetiva analisar a história da educação para pessoas com deficiência em um contexto geral, mostrando assim, todas as dificuldades encontradas no início dessa educação até os desafios de hoje que engloba não só a escola, mas também a sociedade e o Estado. A pesquisa pautou por uma discussão bibliográfica, baseada em teóricos e pesquisadores que deram sua contribuição para a construção do entendimento do fenômeno em questão, e abrindo possibilidades para discussões posteriores.

Palavras-chave: Educação especial. Pessoas com deficiência. História. Ensino regular.

ABSTRACT

Education for people with disabilities is a struggle that has been waged in recent years within the institutions of regular education, a process that encounters many barriers in educational institutions, from the lack of teaching materials, qualified professionals, physical infrastructure, among other aspects. In view of this, the article aims to analyze the history of education for people with disabilities in a general context, thus showing all the difficulties encountered in the beginning of this education until the challenges of today, which encompasses not only the school, but also society and the State. The research is based on a bibliographic discussion, based on theoreticians and researchers who have contributed to the construction of the understanding of the phenomenon in question, and opening possibilities for further discussion.

Keywords: Special education. People with disabilities. History. Regular education.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em educação escolar, esse preconceito também é histórico. Por muito tempo, pessoas com deficiência foram impedidas de frequentar a mesma escola que pessoas que não possuem tais deficiências. Como o passar dos séculos, a sociedade como

Josélia Maciel da SILVA, A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - ALGUNS APONTAMENTOS GERAIS. Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. DEZEMBRO-FEVEREIRO/2023. Ed. 40. V. 3 Págs. 484-493. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

um todo foi modificando-se e assim, leis e instituições foram sendo criadas em prol dos direitos e da inserção desses indivíduos na sociedade. As instituições de ensino hoje vivenciam a proposta da educação inclusiva, onde o aluno com deficiência tem o direito de estudar na escola regular, o que seria muito benéfico a ele, principalmente porque é uma forma de lutar contra preconceitos e promover uma maior inclusão desses indivíduos, na escola e na sociedade.

Diante disso, este artigo abordará dentro da educação especial um resgate histórico sobre a educação para as pessoas com deficiência em um contexto geral, dando assim, um maior entendimento sobre a mesma.

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA

A visão da sociedade sobre essas pessoas passou por diferentes momentos históricos, assim como retrata Rodrigues e Lima (2017), para quem essa compreensão é necessária para entender os direitos que atualmente são revertidos a essas pessoas, qual o papel da educação inclusiva e as lutas travadas contra o preconceito e a exclusão.

De acordo com Aranha (2005), povos como os romanos e gregos tem sua relação com as pessoas com deficiência relatadas na literatura da época e também na bíblia. Nesse período, havia dois agrupamentos sociais, os nobres, que eram as pessoas de maior poder aquisitivo, político e social e o populacho, pessoas que muitas vezes nem eram consideradas como humanas, e economicamente dependentes da nobreza. Para a autora, o valor de uma pessoa estava em suas características pessoais e naquilo que ela poderia oferecer à sociedade e todo aquele que era diferente, era exterminado ou abandonado.

A existência da deficiência, portanto, era um fator que levava a exclusão, pois gerava uma visão de ineficiência, de incapacidade e improdutividade. Se nada podia ser feito, era preciso aceitar essa condição e em muitos casos, exterminá-la. Era comum a referência a essas pessoas como “diferentes” como se viu, por exemplo, na Bíblia, ao fator do cego, manco ou leproso, pessoas que aparecem como pedintes e rejeitados, pessoas amaldiçoadas pelos deuses. Os “retardados mentais” eram tratados como bobos ou palhaços, servindo de diversão para senhores e seus hospedes (ARANHA, 2005).

Com o passar dos tempos, diferentes termos foram utilizados para referir-se a pessoas com deficiência, desde retardados, excepcionais, pessoas com necessidades educacionais especiais, indivíduo especial, enfim, termos utilizados para mascarar a existência dessas deficiências. Pan (2008, p. 28) considera que “[...] as diferentes formas de nomear podem apenas representar o esconderijo de velhas arapucas e maquiar valores

sociais contraditórios e a encobrir as tensões geradoras de novas formas veladas de exclusão”.

A história da educação especial, ou educação destinada a pessoas com deficiência tem seus primeiros traços já na idade antiga, onde era comum a exclusão da criança que nascia com deficiência. Em Esparta, na Grécia Antiga, por exemplo, crianças com deficiência eram abandonadas nas montanhas para viver a própria sorte, onde, geralmente morriam de fome ou até mesmo eram devoradas por animais (CORREIA, 1997 apud CORCINI e CASAGRANDE, 2017, p. 20).

Entre os romanos, as crianças que possuíam algum “defeito”, eram jogadas em rios ou de penhascos. Entre os egípcios, a situação não era diferente e era comum matar os deficientes com marretadas na cabeça ou enterrá-los em sarcófagos acreditando que esse processo traria uma purificação de suas almas e em outra vida eles voltariam com beleza e inteligência (CORREIA, 1997 apud CORCINI e CASAGRANDE, 2017, p. 23).

Inúmeros são os registros que demonstrar que houve uma profunda resistência de diversos povos em relação àqueles que possuíam deficiência e suas vidas sempre foram ameaçadas. De acordo com Misés (1977) apud Corcini e Casagrande (2017, p.06), o pensamento da época era o seguinte:

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas, asfixiamos recém nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis, ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las (MISÉS, 1997 apud CORCINI e CASAGRANDE, 2017, p. 23).

No caso dos países europeus, durante a Idade Média, era comum a associação das pessoas com deficiência a uma imagem demoníaca e a atos de feitiçaria, o que gerava sobre eles perseguição e morte, perseguição e afastamento social. De acordo com Ferreira (2004, p.66) havia diferentes opiniões sobre essas pessoas, “[...] uma seria a marca da punição divina, a expiação dos pecados; outra dizia respeito à expressão do poder sobrenatural, ou seja, o acesso às verdades inatingíveis para a maioria”. De acordo com Rodrigues e Lima (2017, p. 24):

Já no Cristianismo, através do fortalecimento da Igreja Católica, começou a surgir no cenário político um novo segmento: o clero. Assim como na Antiguidade, restava ao povo o trabalho, e, ao clero e a nobreza, o enriquecimento e o poder. As pessoas doentes, defeituosas e/ ou mentalmente afetadas não podiam ser exterminadas, porém, dependiam da caridade humana. Assim como ocorria na Antiguidade, a pessoa “diferente” servia como fonte de diversão e material de exposição.

A partir do século XII, a Inquisição Católica e a Reforma Protestante proporcionaram a expansão do poder da igreja sobre a sociedade, e com isto, passou-se a questionar o discurso da igreja e as ações desenvolvidas pelo clero, já que demonstravam-se abusivas e geravam opiniões divergentes dentro da própria igreja. Qualquer posicionamento contra a igreja, porém, gerava perseguição e violência, até mesmo com morte na fogueira e pessoas com deficiência, especialmente, deficiência mental, passaram a ser consideradas como uma ameaça para a Igreja. Sobre tal momento, Rodrigues e Lima (2017, p. 24) afirmam que se na “[...] Antiguidade a pessoa deficiente era esquecida e praticamente ‘não existia’, no período medieval, a questão era talvez, pior, pois no plano da metafísica, de natureza religiosa, a pessoa com deficiência era considerada ‘demoníaca’”.

Passado esse período de maior influência da igreja sobre a vida das pessoas, iniciou-se a Revolução Burguesa (1640) e com isto a igreja começa a perder poder na sociedade. Essa revolução foi responsável pela implantação de uma nova forma de produção, o capitalismo mercantil, que foi a primeira fase do capitalismo. De acordo com Aranha (2005), nesse período passou-se a relacionar a deficiência com a questão orgânica, tratado como uma causa natural e eu por isto poderia ser tratado a partir da alquimia, magia e da astrologia, métodos da medicina em seus primeiros passos.

No século XVII, a medicina já havia se desenvolvido mais e surgiu a tese da organicidade, o que contribuiu para que a deficiência fosse melhor compreendida como um processo natural do ser humano. A partir dessa tese, as pessoas com deficiência passaram a receber tratamento de estimulação, e mesmo que de forma ainda lenta, ações direcionadas ao ensino, a partir do século XVIII (ARANHA, 2005).

Chegando-se ao século XVII, as pessoas com deficiência passaram a ser internadas em orfanatos, manicômios, prisões e outras instituições como forma de excluí-las do convívio social. Essa situação de segregação só foi modificando-se com o surgimento de legislações por todo o mundo, citando a necessidade de respeito pela diferença, além de reconhecerem esses indivíduos como cidadãos como outros quaisquer (BERGAMO, 2010).

Foi, porém, com os resultados trazidos pela Segunda Guerra Mundial, que gerou um grande número de pessoas com deficiência que a preocupação com esses indivíduos tornou-se alvo de maior atenção. Tanhan (2012) cita que o direito das pessoas com deficiência passou a ser alvo de maior reivindicação, isto porque aumentou-se o número de

peessoas tanto com deficiência física como mental:

Foi a partir da Segunda Guerra Mundial que o direito necessita se preocupar com grupos sociais específicos, nesse caso surgem os mutilados da guerra, pessoas que foram para a guerra sem nenhuma deficiência e voltam às suas casas com algum tipo de mutilação que impedem a fruição normal de suas atividades de vida diária (TAHAN, 2012, p. 21).

O olhar das pessoas para com os indivíduos com deficiência foi se modificando, repensando-se conceitos, criando leis, instituições, buscando criar um contexto social diferenciado para atender esses indivíduos e assim promover maior aceitação e deles de seus direitos. Assim sendo, aos poucos a Europa passou a vivenciar mudanças socioculturais e uma das principais consequências desse processo foi um maior reconhecimento do valor do ser humano, o avanço científico e o fim de muitos dogmas que, por muito tempo dominaram a cultura europeia e mundial e assim:

[...] reconhecendo-se que o grupo de pessoas com deficiência deveria ter atenção específica fora dos abrigos ou asilos para pobres e velhos. A despeito das malformações físicas ou limitações sensoriais, essas pessoas, de maneira esporádica e ainda tímida, começaram a ser valorizadas enquanto seres humanos (NEGREIROS, 2014, p. 15).

É diante dessa contextualização que cita-se que foi a mudança de visão sobre o deficiente e suas necessidades que deu origem a ideia de proposta da inclusão. Desse período aos dias atuais, muita coisa mudou, porque a própria sociedade passou por profundas mudanças e com isto, a visão sobre a deficiência e sobre as pessoas com deficiência também se modificou profundamente. Atualmente, esses cidadãos possuem inúmeros direitos garantidos em diversos tipos de legislações e políticas nacionais e internacionais.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – BREVE CONTEXTO GERAL

O fato é que o indivíduo com deficiência não sendo valorizado dentro da sociedade também não tinha para si um modelo educacional e de acordo com Ferreira (2004), foi apenas no século XVI quando se inicia um momento diferenciado de atendimento as pessoas com necessidades educacionais especiais em todo o mundo ocidental, onde passa-se da órbita da influência da igreja, para o olhar da medicina sobre essa questão. Sobre tal momento, Corcini e Casagrande (2017, p. 06) afirmam que:

No século XVII e meados do século XIX, inicia-se a chamada fase de institucionalização, onde as pessoas deficientes eram segregados e protegidos em instituições residenciais. Logo no início do século XX, surgem as escolas e as classes especiais dentro das escolas públicas, visando oferecer ao deficiente uma educação diferenciada.

No século XIX, destacou-se a figura de Jean Marc Itard (1774-1838), considerado o pai da educação especial. O educador fez um importante trabalho com um menino de 12 anos, chamado Vitor, conhecido como “menino lobo”, que apresentava uma deficiência mental profunda, pois havia sido criado com lobos na floresta. O caso ficou conhecido em todo o mundo e passou a ser reconhecido como uma possibilidade de ensinar pessoas com deficiência. Jean acreditava que seu aluno considerado como “retardado” era alguém educável e até hoje seus estudos servem de referência para outros estudiosos da área (JANUZZI, 1992).

Corcini e Casagrande (2017) citam que em meados do século XVI, vários profissionais, entre eles médicos e pedagogos iniciaram uma maior preocupação com a educação de pessoas com deficiência, isto porque eles viviam em total descaso em todo o país, sendo atendidos apenas pelo assistencialismo em asilos e manicômios.

Surgiu no século XVI o primeiro hospital psiquiátrico, porém, um lugar marcado pelo confinamento dessas pessoas que apresentavam deficiências. Foi, porém também a primeira iniciativa real de que a deficiência fosse tratada, utilizando-se para isto conhecimentos da alquimia, astrologia e da magia, as principais ciências em voga nessa época. Para Romero e Souza (2008, p. 03) consideram que:

Essa mudança da visão da sociedade onde o “natural” passa a ser o critério de norma e valor juntamente com a criação das instituições caracteriza o primeiro paradigma da sociedade em relação ao deficiente: a institucionalização. Os deficientes eram levados para hospitais psiquiátricos, eram tirados de circulação, pois, como as famílias, agora proprietárias de seus corpos e força e trabalho, precisavam trabalhar na industrialização nascente e não podiam mais cuidar dos considerados inválidos, havia que se buscar um lugar para eles.

Essa visão sobre as pessoas com deficiência durou até por volta do século XVIII e XIX, mas foi no século XX que muitos debates começaram a ser travados em torno dos direitos das pessoas com deficiência. Houve um questionamento sobre o processo de institucionalização, especialmente porque houve o reconhecimento que essas instituições eram desumanizadoras, afetavam de forma negativa a autoestima desses indivíduos e os “impossibilita de viver em sociedade, os tratos não eram adequados e era muito

dispendioso para o governo manter essa massa improdutiva segregada” (SILVA, 2003, p. 07). Nesse mesmo período as discussões em torno dos direitos humanos e do reconhecimento dos direitos dos deficientes também fortaleceu-se.

Iniciou-se o que ficou conhecido como paradigma dos serviços, cuja principal ideia é a da integração. A função das instituições modificou-se, deixando de serem locais de confinamento, para prepararem a pessoa com deficiência para conviver em sociedade, para ser o mais auto-suficiente possível, preparando-o também para trabalhar. Sobre tal processo, Bueno (1999, p. 08) considera que:

A integração tinha como pressuposto que o problema residia nas características das crianças excepcionais, na medida que centrava toda sua argumentação na perspectiva de detecção mais precisa dessas características e no estabelecimento de critérios baseados nessa detecção para a incorporação ou não pelo ensino regular, expresso na afirmação – sempre que suas condições pessoais permitirem.

Foi, porém, um paradigma que recebeu muitas críticas e passou a ser constantemente questionado, isto porque postulava a possibilidade de que uma pessoa com deficiência fizesse as mesmas atividades que outras que não tinham essas deficiências. Foi um questionamento bastante rápido se comparado ao questionamento do paradigma da institucionalização que durou mais de quatro séculos, isto da criação do primeiro hospital até que se pensasse a possibilidade da integração.

Na década de 1970 foi iniciado um amplo movimento de inclusão, que baseava-se na busca pela integração das pessoas com deficiência na sociedade, principalmente nos espaços escolares. Dessa forma, os autores afirmam que:

[...] não era algo institucionalizado, havendo certa rejeição do ensino público em aceitar essas pessoas, cabendo assim ao ensino privado educá-las o mais próximo possível ao ensino normal. É importante aqui ressaltar que o governo não assumia nenhuma responsabilidade sobre elas, continuando sob rejeição do poder estatal (SANTOS; AURELIANO, 2012, p. 297).

Mas, nesse período não havia leis que obrigassem as instituições de ensino regular a receberem indivíduos com deficiência, mesmo que estes apresentassem claramente a capacidade de aprender normalmente, como qualquer outra pessoa. Mas, antes disso, em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) emitiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde se declarava que todos os homens são iguais entre si, tanto em direitos como em deveres e com isto, indivíduos com deficiências também deveriam ter acesso aos mesmos direitos que as outras pessoas sem deficiência tinham. Através dessa postulação, a

ideia da inclusão fortaleceu-se por todo o mundo.

A inclusão é conhecida como “terceiro paradigma” também designado como paradigma do suporte. De acordo com Romero e Souza (2008, p.04) até que essa ideia fosse construída, surgiram pensamentos interessantes que “[...] consideram as diferenças entre as pessoas como característica do humano, localizando as deficientes não mais como orgânica e sim como ecológica, ou seja, algo que faz parte da humanidade, do meio”. Ou seja, houve uma verdadeira mudança no posicionamento que as pessoas tinham em relação aos indivíduos com deficiência, o que fez surgir setores específicos na sociedade para tratarem desse grupo, adaptando logradouros públicos, buscando criar cotas nas empresas para receber essas pessoas, criar meios de transporte adaptados, enfim, uma busca por acabar com preconceitos que historicamente haviam sido construídos não apenas no país, mas em diversos outros lugares no mundo.

Romero e Souza (2008) consideram que ainda que estivesse em voga na atualidade um quarto paradigma conhecimento como “empowerment”, um termo que ainda não recebeu tradução para o português, especialmente porque ainda está muito longe de fazer parte da realidade brasileira. É um paradigma que se baseia na busca por dar maior poder de decisão e de determinação as pessoas que possuem deficiência, de forma que elas tenham maior autonomia e possam, sozinhos, tomar decisões sobre sua própria vida.

METODOLOGIA

Para a fundamentação da pesquisa utilizou uma abordagem bibliográfica, baseando em documentos secundários, ou seja, livros, teses e dissertações, dando um suporte teórico para a compreensão dos princípios norteadores e dando assim, uma visão panorâmica do objeto de estudo. Nisso, Severino (2016, p. 131) esclarece:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos e teses e etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados.

A revisão bibliográfica possibilitou uma visão geral tanto da história das pessoas com deficiência quanto a educação destas pessoas, contribuindo assim, com entendimento e ampliando a discussão.

CONCLUSÃO

O artigo mostrou que a história da pessoa com deficiência foi cruel no entendimento da deficiência, onde muitos eram tratados com anormais, debios mentais, amaldiçoados, verdadeiros animais e que eram escondidos nos calabouços imperiais e dos palácios. Com o avanço da medicina, de modo especial, da psiquiatria, começa uma nova visão acerca das deficiências, e o tratamento passa ser mais humanizado.

Neste contexto, a história da educação para as pessoas com deficiências vem mostrar que as diversidades existentes entre os seres humanos são inegáveis e mesmo que a escola seja um espaço onde essas diferenças socioculturais estão juntas, nem sempre esse espaço foi constituído ou considerou a existência dessa complexidade, especialmente quando se fala nos seus métodos de ensino e no seu espaço físico.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: 2005.

BERGAMO, Regiane Banzatto. **Educação Especial - Pesquisa e prática**. Curitiba, Ibpx, 2010.

BUENO, J. G. da S. **Crianças com necessidades educacionais especiais, políticas públicas e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira da Educação Especial. Piracicaba: UNIMEP, v.3, n.5, 1999.

CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto: Porto Editora, 1ª. Edição, 1997.

CORCINI, Marli Aparecida Casprov; CASAGRANDE, Rosana de. **Educação especial e sua trajetória histórico-política: uma abordagem por meio de grupos de discussão**. 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem?** Rio de Janeiro, 2014.

PAN, M. A. G. S. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: IBPEX, 2008.

RODRIGUES, Ana Paula Neves; LIMA, Claudia Araújo de. **A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão**. Revista de Educação da Universidade Federal do Pernambuco, Caruaru, Brasil, v.3, n.5, 2017.

Josélia Maciel da SILVA, A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - ALGUNS APONTAMENTOS GERAIS. *Facit Business and Technology Journal*. QUALIS B1. DEZEMBRO-FEVEREIRO/2023. Ed. 40. V. 3 Págs. 484-493. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. **Educação Inclusiva: Alguns marcos históricos que produziram a educação atual.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE: Formação de Professores – edição internacional, 8., 2008, Curitiba. Anais... Curitiba, PUCPR, 2008

SANTOS, Maria do Socorro dos; AURELIANO, Francisca Edilma Braga Soares. **Aspectos Históricos e conceituais da Educação Inclusiva: uma análise da perspectiva dos professores do ensino fundamental.** Espaço do Currículo, v.4, n.2, set. 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 24^a ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Rosana A. da. **A Trajetória da Educação Especial Brasileira: das Propostas de Segregação à Proposta Inclusiva: O Olhar da Cidade de Mairiporã.** Monografia apresentada para conclusão do curso de Especialização Latu Sensu “A Educação Inclusiva na Deficiência Mental”, PUC, São Paulo, 2003.

TAHAN, Adalgisa Pires Falcão. A universalidade dos direitos humanos. In: **Estudos e debates em Direitos Humanos.** SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; CAMPELO (COORD), Livia Gaigher Bósio (ORG). São Paulo: Letras Jurídicas, v. 2, 2012.